

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	5
PREFÁCIO	7
PLANO GERAL DA OBRA	9
PRINCIPAIS ABREVIATURAS UTILIZADAS NO TEXTO	11
BIBLIOGRAFIA GERAL	13

LIVRO I

TEORIA GERAL DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

PLANO GERAL DO LIVRO I	17
------------------------	----

INTRODUÇÃO

ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS

1. Organizações Não Governamentais (ONG)	23
2. Organizações Intergovernamentais (OI)	24

CAPÍTULO I

EMERGÊNCIA DAS OI

SECÇÃO 1ª – A EVOLUÇÃO DO FENÓMENO DAS OI	27
§1º As primeiras OI modernas	27
§2º As uniões administrativas do século XIX	28
1. Uniões administrativas universais	28
2. Organizações com intervenção no domínio económico	29
§3º O florescimento das OI após a I Guerra Mundial	29

SECÇÃO 2ª – IMPORTÂNCIA ACTUAL DAS OI COMO INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E DE APROXIMAÇÃO ENTRE OS POVOS	32
Bibliografia	33

CAPÍTULO II NOÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS OI

SECÇÃO 1ª – NOÇÃO	35
§1º Os elementos integrantes da noção	37
§2º Explicitação da noção	37
1. A composição das OI	37
2. Carácter permanente	38
3. A criação das OI	38
4. A prossecução de objectivos comuns aos seus membros	39
5. Órgãos próprios	40
6. Vontade própria da OI	41
7. Personalidade jurídica das OI	41
Bibliografia	42
SECÇÃO 2ª – CLASSIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	42
§1º Classificação das OI em função do âmbito geográfico em que desenvolvem a sua acção	42
1. Organizações Universais	42
2. Organizações Regionais	43
§2º Classificação das OI em função do seu objecto	45
1. Organizações de fins gerais	45
2. Organizações de fins específicos	46
§3º Classificação em função da sua finalidade última, competências e estrutura jurídica	49
1. Organizações de cooperação	50
2. Organizações de integração	50
§4º Classificação segundo a facilidade de ingresso na Organização	52
1. Organizações abertas	52
2. Organizações fechadas	52

CAPÍTULO III CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DAS OI

SECÇÃO 1ª – CONSTITUIÇÃO E EVOLUÇÃO DAS OI	53
§1º O acto de criação	53
1. A natureza jurídica e a designação do acto constitutivo da OI	53

2. O acto constitutivo como carta constitucional da Organização	55
3. As reservas ao acto constitutivo	57
4. A primazia do acto constitutivo da OI sobre quaisquer outros compromissos internacionais dos Estados-membros	58
5. A duração do pacto constitutivo	58
§2º Conteúdo do acto constitutivo e sua interpretação	59
1. Conteúdo do estatuto da OI	59
2. A interpretação do acto constitutivo	60
3. A revisão do acto constitutivo	61
Bibliografia	62
SECÇÃO 2ª – A EVOLUÇÃO DAS OI	62
§ 1º As mutações operadas no seio da OI	62
§ 2º A extinção das OI e o problema da sucessão	63
1. Extinção	63
2. A questão da sucessão nas OI	64

CAPÍTULO IV A PARTICIPAÇÃO NAS OI

SECÇÃO 1ª – A PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS E DE OUTROS SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL	69
§1º A participação dos Estados	70
§2º A participação de outros sujeitos de Direito Internacional	72
§3º A participação de pleno direito e a simples participação como associado ou como observador	73
1. Participação na qualidade de observador	73
2. Participação na qualidade de membro associado	74
§4º O processo de participação	75
SECÇÃO 2ª – SUSPENSÃO E TERMO DA PARTICIPAÇÃO NAS OI	78
§1º Suspensão do direito de representação ou de participação em actividades da OI	78
1. Suspensão do direito de voto	79
2. Suspensão do exercício de certos direitos e prerrogativas	80
3. Suspensão da participação	80
§2º Fim da participação	81
1. Retirada	81
2. Expulsão	83
Bibliografia	85

CAPÍTULO V
OS OBJECTIVOS DAS OI E AS COMPETÊNCIAS
DE QUE DISPÕEM PARA OS REALIZAR

SECÇÃO 1ª – A DEFINIÇÃO DOS OBJECTIVOS E A IMPORTÂNCIA DESSA DEFINIÇÃO	87
§1º O princípio da especialidade	87
§2º A importância da definição dos objectivos estatutários da OI	88
SECÇÃO 2ª – AS COMPETÊNCIAS ATRIBUÍDAS ÀS OI	89
§1º As competências explicitadas	89
§2º As competências implícitas	91
§3º Natureza das competências atribuídas às OI	93
1. Competências normativas	93
2. Competências operacionais	94
§4º O controlo do exercício das competências atribuídas às OI	97
Bibliografia	99

CAPÍTULO VI
A ESTRUTURA ORGÂNICA DAS OI

SECÇÃO 1ª – ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E ÓRGÃOS CONSULTIVOS	102
§1º Composição e funcionamento dos órgãos deliberativos	102
1. Composição	102
2. O funcionamento dos órgãos deliberativos	104
3. Os métodos de tomada de decisão	105
4. A tipologia dos actos jurídicos adoptados pelos órgãos deliberativos	106
§2º Órgãos consultivos	107
1. Órgãos consultivos de carácter parlamentar	107
2. Órgãos consultivos de carácter jurisdicional	107
3. Órgãos de carácter representativo de certas actividades, de determinadas categorias profissionais ou de interesses diversos	108
SECÇÃO 2ª – ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS	109
SUBSECÇÃO 1ª – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS	109
§1º Papel dos órgãos administrativos	109
§2º A estrutura dos órgãos administrativos	110
Bibliografia	111
SUBSECÇÃO 2ª – OS AGENTES INTERNACIONAIS	112
§1º Estatuto dos agentes internacionais	112
§2º A independência dos agentes internacionais	113
Bibliografia	115

SECÇÃO 3ª – ÓRGÃOS JURISDICIONAIS	116
§1º Órgãos jurisdicionais nas Organizações Internacionais em geral	116
§2º O Tribunal Administrativo da OIT	117
§3º Os órgãos jurisdicionais da União Europeia	118
SECÇÃO 4ª – ÓRGÃOS PARLAMENTARES	120
Bibliografia	121

CAPÍTULO VII A ORDEM JURÍDICA DAS OI

SECÇÃO 1ª – DIREITO ORIGINÁRIO E O DIREITO DERIVADO	123
SECÇÃO 2ª – TIPOLOGIA DOS ACTOS DAS OI	124
SUBSECÇÃO 1ª – NATUREZA E FORMA DOS ACTOS UNILATERAIS DAS OI	125
§1º Natureza destes actos	125
§2º Forma dos actos unilaterais das OI	126
SUBSECÇÃO 2ª – OS ACTOS UNILATERAIS COMO FONTE DIRECTA DE DIREITO INTERNACIONAL	127
§1º O poder normativo interno das OI	128
1. O exercício do poder normativo em relação aos Estados-membros	128
2. As resoluções/acordos das OI	130
3. Os regulamentos e as decisões das OI	131
§2º O poder normativo externo das OI	134
1. A atribuição a uma OI da gestão de espaços internacionais	135
2. O exercício pela ONU de um poder normativo «erga omnes»	135
SUBSECÇÃO 3ª – OS ACTOS DAS OI COMO FONTE INDIRECTA DE DIREITO INTERNACIONAL	137
§1º A aceleração do processo de elaboração do costume internacional	137
§2º As resoluções das OI enquanto fonte de normas jurídicas	138
1. Resoluções de carácter «programático»	138
2. Resoluções destinadas a forçar a criação de um novo direito	139
SECÇÃO 3ª – O CONTROLO DE LEGALIDADE NO QUADRO DAS OI	139
§1º O controlo pelas OI da sua própria ordem jurídica	140
1. O controlo do exercício das competências da OI	140
2. O controlo da violação pelos Estados-membros da ordem jurídica da organização	141
§2º O exercício do poder de sanção	142
1. A sanção do incumprimento pelos Estados das obrigações que assumiram no seio da OI	142
2. A sanção da violação do pacto pela OI	143
Bibliografia	143

CAPÍTULO VIII
A PERSONALIDADE JURÍDICA DAS OI

SECÇÃO 1ª – A PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNA	145
SECÇÃO 2ª – A PERSONALIDADE JURÍDICA INTERNACIONAL	148
§1º O estatuto das OI nas relações internacionais	148
§2º Os símbolos da personalidade internacional das OI	150
§3º As manifestações da personalidade internacional das OI	151
1. Nas relações com outras OI	151
2. Nas relações com os Estados	152
3. A participação das OI na conclusão de Tratados	152
4. Direito de legação	154
Bibliografia	158

CAPÍTULO IX
PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DAS OI

SECÇÃO 1ª – O FUNDAMENTO JURÍDICO, A NATUREZA E A EXTENSÃO DOS PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DAS OI	159
§1º Fundamento jurídico	159
§2º A natureza e extensão dos privilégios e imunidades das OI	161
1. Imunidade de jurisdição	161
2. Inviolabilidade dos locais afectos à OI	163
3. Protecção dos bens e haveres da Organização	165
4. Inviolabilidade dos arquivos	165
5. Garantias de livre comunicação com o exterior	165
6. Liberdade de detenção e utilização de moeda, sob qualquer forma, sem sujeição a regulamentações cambiais	166
7. Inutilidades fiscais	166
SECÇÃO 2ª – PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DOS REPRESENTANTES DOS ESTADOS-MEMBROS	168
§1º Representantes mandatados pelos Estados-membros	168
§2º Representação sem mandato dos Estados-membros	169
Bibliografia	170

CAPÍTULO X
AS FINANÇAS DAS OI

SECÇÃO 1ª – AS DESPESAS DA OI	171
§1º Despesas correntes ou despesas de funcionamento	171

§2º Despesas extraordinárias, especiais e operacionais	172
§3º Despesas obrigatórias e não obrigatórias	173
SECÇÃO 2ª – AS RECEITAS	174
§1º As contribuições obrigatórias dos Estados-membros	174
1. A fixação das contribuições	174
2. O pagamento das contribuições	176
§2º Contribuições voluntárias dos Estados e outros recursos	177
1. Donativos e empréstimos	177
2. Receitas próprias	177
§3º O orçamento da OI	178
Bibliografia	180

LIVRO II
AS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS
DE QUE PORTUGAL É MEMBRO

PARTE I
ORGANIZAÇÕES DE CARÁCTER UNIVERSAL

TÍTULO I
A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

CAPÍTULO I
ANTECEDENTES DA ONU

SECÇÃO 1ª – A SOCIEDADE DAS NAÇÕES	191
§1º Contexto histórico da criação da SDN	191
§2º A estrutura institucional da SDN	197
§3º O insucesso da SDN	199
SECÇÃO 2ª – A CRIAÇÃO DA ONU	201
§1º Dos documentos preparatórios à elaboração da Carta	201
1. Da Carta do Atlântico à Conferência de S. Francisco	201
2. A Conferência de S. Francisco	203
§2º Traços gerais da Carta das Nações Unidas	204
§3º Instalação e entrada em funcionamento dos órgãos das Nações Unidas	204

CAPÍTULO II
A COMPOSIÇÃO DA ONU

SECÇÃO 1ª – OS MEMBROS DA ONU	207
§1º A aquisição da qualidade de membro	207

1. Membros originários	207
2. Membros admitidos	207
§2º A perda da qualidade de membro	209
1. Exclusão voluntária	209
2. Exclusão imposta	209
§3º A evolução da composição da ONU	210
1. As sucessivas admissões e a crescente universalização da Organização	210
2. O caso particular de Portugal	211
3. O caso particular da China	213
SECÇÃO 2ª – O ESTATUTO DOS MEMBROS DA ONU	215
§1º A sujeição a obrigações	215
§2º A fruição de direitos	217

CAPÍTULO III A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA ONU

SECÇÃO 1ª – OS ÓRGÃOS PRINCIPAIS	219
SUBSECÇÃO 1ª – A ASSEMBLEIA GERAL	219
§1º Composição, funcionamento e deliberações	219
1. A composição da Assembleia Geral	219
2. Organização dos trabalhos e sistema de deliberação	220
§2º O fenómeno dos grupos	222
SUBSECÇÃO 2ª – O CONSELHO DE SEGURANÇA	225
§1º Aspectos gerais	225
§2º Composição e funcionamento do Conselho de Segurança	226
1. Os membros do Conselho	226
2. Regras de funcionamento	228
3. Sistema de deliberação	228
§3º Competências do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral	231
1. Os mecanismos de equilíbrio	231
2. As tentativas de modificação dos equilíbrios	233
SUBSECÇÃO 3ª – O SECRETARIADO	234
§1º O Secretariado e o secretário-geral	234
§2º A nomeação do secretário-geral	234
§3º As atribuições do secretário-geral	236
1. Aspectos gerais	236
2. Funções administrativas do secretário-geral	237
3. Funções políticas	238
§4º O Secretariado: estrutura e funções	239
1. Características da estrutura	239

2. O segundo escalão	240
3. A função pública internacional	241
4. Orçamento e efectivos da ONU	242
SECÇÃO 2ª – OS ÓRGÃOS DE APOIO	245
SUBSECÇÃO 1ª – O CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL	245
§1º Composição do Conselho	245
§2º Organização e funcionamento	245
§3º Competência do CES	247
SUBSECÇÃO 2ª – O CONSELHO DE TUTELA	247
SECÇÃO 3ª – ÓRGÃOS JURISDICIONAIS	248
SUBSECÇÃO 1ª – O TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA	248
§1º Antecedentes históricos	248
§2º O Tribunal Permanente de Justiça Internacional	250
§3º A criação do TIJ	250
§4º Competência do TIJ	251
§5º Balanço da actividade desenvolvida pelo TIJ	253
§6º A reforma do TIJ	254
§7º Funcionamento do TIJ	255

CAPÍTULO IV A ACÇÃO DA ONU

SECÇÃO 1ª – A ACÇÃO DA ONU NO TOCANTE À POLÍTICA DE SEGURANÇA	257
§1º O exercício dos poderes de recomendação	257
§2º Os poderes de injunção do Conselho de Segurança	259
§3º As operações de manutenção de paz	261
SECÇÃO 2ª – AS ACTIVIDADES DAS NAÇÕES UNIDAS NO QUADRO DA DESCOLONIZAÇÃO	266
SECÇÃO 3ª – AS ACTIVIDADES DA ONU NOS DOMÍNIOS HUMANITÁRIO, ECONÓMICO E SOCIAL	273
Bibliografia	282

TÍTULO II
INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS DA ONU

SUBTÍTULO I
ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO (OMC)

CAPÍTULO I
AS VÁRIAS CONFERÊNCIAS ANTERIORES
AO «URUGUAY ROUND»

SECÇÃO 1ª – A CONSTITUIÇÃO DO GATT – ACORDO GERAL SOBRE PAUTAS ADUANEIRAS E COMÉRCIO	295
§1º Introdução	295
§2º As Sete Primeiras Conferências	296
SECÇÃO 2ª – A EROÇÃO DO SISTEMA COMERCIAL INTERNACIONAL ERIGIDO PELO GATT (1947)	299

CAPÍTULO II
A CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL
DO COMÉRCIO (OMC)

SECÇÃO 1ª – INTRODUÇÃO	301
SECÇÃO 2ª – ESTRUTURA DA OMC	302
§1º A Conferência Ministerial	302
§2º O Conselho Geral	303
§3º O Mecanismo de Exame das Políticas Comerciais (MEPC)	303
§4º O Órgão de Resolução de Diferendos (ORD)	304
§5º O Organograma	307
§6º Âmbito de Estrutura	308
§7º Comitologia	310

CAPÍTULO III
O REFORÇO DA DISCIPLINA MULTILATERAL

SECÇÃO 1ª – AS MEDIDAS DE SALVAGUARDA	315
§1º Introdução	315
§2º O Acordo Sobre as Medidas de Salvaguarda	316
SECÇÃO 2ª – AS SUBVENÇÕES E AS MEDIDAS COMPENSATÓRIAS	317
§1º Considerações Gerais	317
§2º Caracterização do Acordo	317

§3º Lista Exemplificativa de Subvenções às Exportações	320
§4º Esclarecimentos Complementares	322
SECÇÃO 3ª – AS MEDIDAS ANTI-DUMPING	324
§1º Considerações Gerais	324
§2º O Acordo Sobre a Aplicação do Artigo VI do Acordo Geral	325
§3º A situação Actual	329
SECÇÃO 4ª – CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTAS MEDIDAS COMERCIAIS ESPECIAIS	330
§1º Introdução	330
§2º Transparência	331

CAPÍTULO IV

MELHORIA DE ACESSO AOS MERCADOS

SECÇÃO 1ª – A REDUÇÃO DOS DIREITOS ADUANEIROS	333
SECÇÃO 2ª – OS OBSTÁCULOS NÃO-PAUTAIS	334
§1º Considerações Gerais	334
§2º O Acordo Sobre os Obstáculos Técnicos ao Comércio	334
SECÇÃO 3ª – OS TÊXTEIS E O VESTUÁRIO	335
§1º O Comércio Internacional de Têxteis e Vestuário	335
§2º O Acordo Sobre Têxteis e Vestuário	337
SECÇÃO 4ª – A AGRICULTURA	339
§1º O Sector Agrícola	339
§2º O Acordo Sobre a Agricultura	340
§3º Algumas Notas Finais Sobre o Acordo	341
SECÇÃO 5ª – ASPECTOS NOVOS E RECAPITULATIVOS	343
§1º Acesso aos Mercados	343
§2º As Medidas Não-Pautais	344
§3º A Abertura aos Países em Desenvolvimento	344

CAPÍTULO V

A EXTENSÃO DO CAMPO DE APLICAÇÃO

SECÇÃO 1ª – OS SERVIÇOS	347
§1º A Terciarização das Economias	347
§2º O Acordo Geral Sobre o Comércio de Serviços (GATS)	349
1. A Natureza do Acordo. Âmbito	349
2. As Principais Regras	350
3. Medidas Adoptadas	351
4. As Excepções	352
5. Os Anexos ao Acordo	352

SECÇÃO 2ª – A PROPRIEDADE INTELECTUAL	354
§1º Considerações de Enquadramento	354
§2º O Acordo Sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionada com o Comércio (TRIPS)	355
§3º Aspectos de Síntese	358
SECÇÃO 3ª – O ACORDO SOBRE AS MEDIDAS DE INVESTIMENTO RELACIONADAS COM O COMÉRCIO	359
Conclusão	361
Bibliografia	365

SUBTÍTULO II
**ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL
DO TRABALHO – OIT**

§Introdutório – Antecedentes e Criação da OIT	373
1. Algumas iniciativas concretas de protecção do sector laboral	373
2. A criação da OIT em 1919 – “Considerando que a paz para ser universal e duradoura deve assentar sobre a justiça social”	374
3. O relançamento da OIT em 1944: «Declaração de Filadélfia»	374

CAPÍTULO I
**OS FINS DA ORGANIZAÇÃO E OS INSTRUMENTOS
DA SUA REALIZAÇÃO**

SECÇÃO 1ª – OBJECTO E FINS DA OIT	377
§1º O preâmbulo da constituição da OIT	377
§2º A «Declaração de Filadélfia»	378
SECÇÃO 2ª – A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA OIT	379
§Preliminar – A composição da OIT	379
SUBSECÇÃO 1ª – OS ÓRGÃOS PRINCIPAIS DA ORGANIZAÇÃO	380
§1º A Conferência Geral do Trabalho	380
1. Composição da Conferência Geral (arts. 3º e segs.)	380
2. Competência da Conferência Geral	381
§2º O Conselho de Administração	381
1. Composição do Conselho de Administração	382
2. Atribuições do Conselho	382
§3º A Repartição («Bureau») Internacional do Trabalho (BIT)	382
1. Natureza deste órgão	382
2. O Director-Geral do BIT	383
3. Atribuições do BIT	383

SUBSECÇÃO 2ª – OS ÓRGÃOS SUBSIDIÁRIOS DA OIT	384
§1º Órgãos de controlo interno	384
§2º O Tribunal Administrativo da OIT	384
1. Criação do Tribunal	384
2. Composição e funcionamento	384

CAPÍTULO II ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DA OIT

SECÇÃO 1ª – A COOPERAÇÃO COM OS ESTADOS-MEMBROS	387
§1º O papel operacional da OIT	387
1. A logística utilizada	387
2. As actividades desenvolvidas	388
§2º Os instrumentos da cooperação	388
SECÇÃO 2ª – A COMPETÊNCIA NORMATIVA DA OIT	389
SUBSECÇÃO 1ª – O PROCESSO DE ADOPÇÃO DAS NORMAS	389
§1º O papel do Conselho de Administração	389
§2º O papel do BIT	390
§3º O papel da Conferência Geral	390
SUBSECÇÃO 2ª – TIPOLOGIA DOS ACTOS ADOPTADOS PELA CONFERÊNCIA GERAL	391
§1º As Convenções Internacionais do Trabalho	391
1. A natureza jurídica das convenções	391
2. O processo de revisão das convenções	392
§2º As Recomendações	393
1. Natureza jurídica das recomendações	393
2. O processo de controlo da aplicação das recomendações	394
§3º Outros actos adoptados pela Conferência Geral	394
SECÇÃO 3ª – OS PROCEDIMENTOS DE CONTROLO DA OBSERVÂNCIA DAS NORMAS INTERNACIONAIS DO TRABALHO	394
SUBSECÇÃO 1ª – O CONTROLO DO COMPORTAMENTO DOS ESTADOS	395
§1º A Comissão de Peritos	395
1. Composição da Comissão	395
2. Missão da Comissão	395
3. Procedimento de exame dos relatórios nacionais	396
§2º A Comissão Tripartida	397
SUBSECÇÃO 2ª – O SISTEMA DE RECURSOS NO CASO DE NÃO APLICAÇÃO DE CONVENÇÕES RATIFICADAS	397
§1º As reclamações	398
1. Admissibilidade da reclamação	398
2. A tramitação da reclamação	398

§2º As queixas	399
1. Legitimidade para deduzir a queixa	399
2. A tramitação da queixa	400
3. A apreciação da queixa e as suas implicações	400
SUBSECÇÃO 3ª – O PROCESSO DE CONTROLO EM MATÉRIA DE LIBERDADE SINDICAL	401
§1º O Comité de Liberdade Sindical	401
§2º A Comissão de Investigação e de Conciliação	402
§3º O controlo da aplicação de Convenções adoptadas fora do quadro da OIT	403
Bibliografia	403

SUBTÍTULO III
**A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO**

CAPÍTULO I
A CRIAÇÃO DA UNESCO E OS SEUS OBJECTIVOS

SECÇÃO 1ª – A CRIAÇÃO DA UNESCO	409
§1º Os antecedentes da UNESCO	409
§2º A Conferência de Londres de 1945	409
§3º A UNESCO como instituição especializada da ONU	410
SECÇÃO 2ª – OS OBJECTIVOS DA UNESCO	410
§1º Objectivos multiformes e vagos	411
§2º Os instrumentos de realização dos objectivos da Organização	412
1. O sistema institucional	412
2. Os planos de médio prazo	412

CAPÍTULO II
**A COMPOSIÇÃO E A ESTRUTURA
INSTITUCIONAL DA UNESCO**

SECÇÃO 1ª – COMPOSIÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	415
§1º Aquisição da qualidade de Estado-membro	415
§2º Perda da qualidade de Estado-membro	416
SECÇÃO 2ª – A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DA UNESCO	417
§1º A Conferência-Geral	417
1. Natureza do órgão	417
2. Reuniões da Conferência-Geral	418
3. O Presidente e a Mesa da Conferência-Geral	418
4. As competências da Conferência-Geral	418

§2º O Conselho Executivo	419
SECÇÃO 3ª – O SECRETARIADO	420
§1º O carácter internacional do Secretariado e dos seus funcionários	420
§2º O Director-Geral	420
§3º As estruturas regionais da UNESCO	421

CAPÍTULO III A ACÇÃO DA UNESCO

SECÇÃO 1ª – A ACÇÃO NORMATIVA DA ORGANIZAÇÃO	423
§1º O processo de adopção dos actos da Organização	423
§2º Tipologia dos actos adoptados	424
1. Convenções	424
2. Declarações e Resoluções	424
3. Recomendações	425
SECÇÃO 2ª – ACÇÃO DE COORDENAÇÃO, DE IMPULSÃO E DE COOPERAÇÃO	425
§1º Acção de coordenação	425
§2º Acção de cooperação	427
§3º Acção de impulsão	428
SECÇÃO 3ª – OS MEIOS FINANCEIROS	428
Bibliografia	429

SUBTÍTULO IV INSTITUIÇÕES ESPECIALIZADAS COM ACÇÃO NOS DOMÍNIOS MONETÁRIO E FINANCEIRO

CAPÍTULO I O FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI)

1. Antecedentes	435
1.1. O sistema monetário internacional desde finais do século XIX até à IIª Grande Guerra	435
1.2. As negociações anglo-americanas durante a IIª Grande Guerra	437
1.3. O Plano Keynes	438
1.4. O Plano White	440
1.5. A comparação dos dois planos	442
1.6. A «declaração conjunta»	442
2. A Criação do FMI	444
2.1. Preparativos e negociações de Bretton Woods	444
2.2. A conferência de Savannah e o início das actividades	447

3. O FMI e a evolução do sistema monetário internacional	448
4. Alterações estatutárias	453
4.1. A primeira emenda dos Estatutos: os Direitos de Saque Especiais (DSE)	453
4.2. O fim da estabilidade cambial e a Segunda Emenda	456
4.3. A Terceira Emenda: sanção por incumprimento das obrigações dos Estados-membros	459
4.4. A Quarta Emenda: equalização da distribuição de direitos de saque especiais	460
4.5. A futura Quinta Emenda: reforço da posição dos países em desenvolvimento e transição	460
5. Organização e Funcionamento	461
5.1. Objectivos	461
5.2. Orgânica	462
5.3. Meios financeiros	464
5.4. Formas de intervenção	466
5.5. Desenvolvimentos recentes	466
5.5.1. Tipos de financiamento	469
5.5.2. Formas de assistência técnica	477
5.5.3. Vigilância	478
6. O FMI e Portugal	480
7. Avaliação	481
8. Publicações	484
Bibliografia	485

CAPÍTULO II O GRUPO BANCO MUNDIAL

1. Formação	491
2. Objectivos	493
3. Orgânica	494
4. Meios financeiros	496
5. Formas de apoio	497
6. Evolução	501
7. Avaliação	505
8. Outras Instituições do Grupo	507
8.1. A Sociedade Financeira Internacional (SFI)	507
8.2. A Associação Internacional para o Desenvolvimento (AID)	509
8.3. O Centro Internacional para a Resolução de Diferendos Relativos a Investimentos (CIRDI)	513
8.4. Agência Multilateral para a Garantia dos Investimentos (AMGI)	513

9. Publicações	514
Bibliografia	515

SUBTÍTULO V
AS UNIÕES ADMINISTRATIVAS E TÉCNICAS

CAPÍTULO I
AS UNIÕES ADMINISTRATIVAS

SECÇÃO 1ª
ORGANIZAÇÕES QUE SE OCUPAM
DAS COMUNICAÇÕES INTERNACIONAIS

SUBSECÇÃO 1ª – A UNIÃO POSTAL UNIVERSAL – UPU	523
§1º Acto constitutivo, composição e objecto	523
1. Acto constitutivo	523
2. Composição	525
3. Objecto da UPU	525
§2º Estrutura orgânica	526
SUBSECÇÃO 2ª – A UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – UIT	528
§1º Criação, composição e objecto	528
1. Antecedentes e actos constitutivos	528
2. Sede e composição	529
3. O papel da UIT	529
§2º Estrutura orgânica da UIT	530
1. Órgãos não-permanentes	530
2. Órgãos permanentes	531
SECÇÃO 2ª – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA PROPRIEDADE INTELECTUAL – OMPI	531
§1º Criação, composição e atribuições	531
1. Criação	531
2. Composição e sede	532
3. O papel da OMPI	533
§2º A estrutura orgânica da OMPI	534

CAPÍTULO II
AS UNIÕES TÉCNICAS

SECÇÃO 1ª – ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS COM ACÇÃO NO DOMÍNIO DOS TRANSPORTES	537
---	-----

SUBSECÇÃO 1ª – A ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA INTERNACIONAL – OMI		537
§1º	Criação, composição e atribuições da OMI	537
1.	Antecedentes e criação da OMI	537
2.	Composição e sede	538
3.	Atribuições	539
§2º	Estrutura Orgânica	539
SUBSECÇÃO 2ª – A ORGANIZAÇÃO DA AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL – OACI		541
§1º	Criação, composição e atribuições	541
1.	Acto Constitutivo	541
2.	Composição	541
3.	Papel da OACI	542
§2º	Estrutura Orgânica da OACI	543
SECÇÃO 2ª – A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS		544
§1º	Criação, composição, objecto	544
1.	Antecedentes	544
2.	Acto constitutivo	545
3.	Composição	545
4.	Papel da OMS	546
§2º	Estrutura Orgânica	547
SECÇÃO 3ª – A ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL – OMM		548
§1º	Criação, composição, objecto	548
1.	Antecedentes	548
2.	Acto constitutivo	548
3.	Composição	549
4.	Papel da OMM	549
§2º	Estrutura Orgânica	550
SECÇÃO 4ª – A AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÓMICA – AIEA		551
§1º	Criação, composição, objecto	551
1.	Antecedentes	551
2.	O acto constitutivo	552
3.	Composição	553
4.	Papel da AIEA	553
§2º	Estrutura Orgânica	554

**PARTE II
ORGANIZAÇÕES REGIONAIS
DE QUE PORTUGAL É MEMBRO**

**TÍTULO I
A ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO
E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO – OCDE**

SECÇÃO 1ª – A CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO EUROPEIA DE COOPERAÇÃO ECONÓMICA – OCDE	559
§1º O Plano Marshall	559
§2º A Convenção de Paris de 16 de Abril de 1948 que instituiu a OECE	560
§3º Os objectivos e a estrutura orgânica da OECE	560
1. Os objectivos da Organização	560
2. A estrutura orgânica da OECE	561
§4º A acção da OECE	561
SECÇÃO 2ª – A CRIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO (OCDE)	562
§1º Um novo contexto económico	562
§2º A Convenção de Paris de 1961	562
SECÇÃO 3ª – OS OBJECTIVOS E A ESTRUTURA ORGÂNICA DA OCDE	563
§1º Os objectivos da nova Organização	563
§2º A estrutura orgânica da OCDE	564
§3º Avaliação do papel actual da OCDE	565
Bibliografia	566

**TÍTULO II
ORGANIZAÇÕES DE COOPERAÇÃO POLÍTICA**

**SUBTÍTULO I
O CONSELHO DA EUROPA**

SUBTÍTULO I – O CONSELHO DA EUROPA	571
1. Criação	571
2. Fins e funções	574
3. Membros	577
4. Estrutura orgânica	578
4.1. O Comité de Ministros	579
4.2. A Assembleia Parlamentar	580
4.3. O Secretariado	582

5. Portugal e o Conselho da Europa	583
6. Os desafios da Grande Europa	584

SUBTÍTULO II
A CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM

SUBTÍTULO II – A CONVENÇÃO EUROPEIA DOS DIREITOS DO HOMEM	589
1. A Convenção Europeia Para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais – origem e significado	589
2. A natureza dos direitos garantidos pela Convenção e pelos seus Protocolos Adicionais	592
2.1. Generalidades	592
2.2. A função complementar da Carta Social Europeia	593
3. A relevância conformadora da CEDH no quadro da ordem jurídica da União Europeia	595
4. O sistema de garantia dos direitos instituídos pela Convenção e, especialmente, pelo Protocolo nº 11	598
4.1. Os órgãos competentes	598
4.2. O processo perante o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem (TEDH)	599
4.3. Os efeitos das sentenças proferidas pelo Tribunal Europeu dos Direitos do Homem	601
5. Portugal e a Convenção	603
6. Bibliografia	609

TÍTULO III
ORGANIZAÇÕES DE COOPERAÇÃO NOS DOMÍNIOS
DA SEGURANÇA E DEFESA DA EUROPA

INTRODUÇÃO – REORGANIZAÇÃO POLÍTICO-MILITAR DA EUROPA	613
--	------------

CAPÍTULO I
ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE (NATO)

1.1. Criação e Alargamento da NATO	625
1.2. Objectivos e Estrutura Institucional da NATO	628
1.2.1. Objectivos e Princípios	628
1.2.2. Estrutura Institucional	629
1.2.2.1. A Estrutura Civil da NATO	630
1.2.2.2. A Estrutura Militar da NATO	634
1.3. Procedimentos de Decisão e Natureza Jurídico-Política da NATO	638

CAPÍTULO II
UNIÃO DA EUROPA OCIDENTAL (UEO)

2.1. Criação e Evolução da UEO	641
2.2. Objectivos e Estrutura Institucional da UEO	644
2.2.1. Objectivos e Prioridades	644
2.2.2. Estrutura Institucional	645
2.2.2.1. A Estrutura Civil da UEO	646
2.2.2.2. A Estrutura Militar da UEO	648
2.3. Procedimentos de Decisão e Natureza Jurídica da UEO	648
2.4. Relações da UEO com a NATO e com a União Europeia	649
2.4.1. Relações da UEO com a NATO	649
2.4.2. Relações da UEO com a União Europeia	650
2.5. A UEO e a Cooperação Militar Franco-Alemã	653

CAPÍTULO III
ORGANIZAÇÃO DE SEGURANÇA E COOPERAÇÃO
NA EUROPA (OSCE)

3.1. Da Conferência de Helsínquia à Cimeira de Lisboa	655
3.1.1. A Conferência de Helsínquia – 1973/1975	655
3.1.2. As Conferências de Belgrado (1977/1978), de Madrid (1980/1983) e de Viena (1986/1989)	660
3.1.3. A Conferência de Paris (Cimeira de Paris) – 19-21 de Novembro de 1990	663
3.1.4. As Cimeiras de Helsínquia (1992), de Budapeste (1994), de Lisboa (1996) e de Istambul (1999)	665
3.2. Objectivos e Estrutura Institucional da OSCE	667
3.2.1. Objectivos e princípios	667
3.2.2. Estrutura Institucional	669
3.2.2.1. Instituições políticas	672
3.2.2.2. Instituições Administrativas	674
3.3. Natureza Jurídica e Procedimentos de Decisão	677
Bibliografia	679

